

# **MATRIARCADO AFRICANO: UMA ANÁLISE NOS ESCRITOS DOS FEMINISMOS**

MEDILANDA ELISEU AMÓS TUBENTO

Licenciando em Sociologia

**UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO BRASILEIRA (UNILAB)**

**Instituto de Humanidades**

E-mail: [medilanda@outlook.com](mailto:medilanda@outlook.com)

## **Resumo**

O artigo cujo temática matriarcado africano uma análise nos escritos dos feminismos, objetiva-se em compreender o matriarcado africano e suas as relações com as teorias feministas, no caso em artigo Conceituando Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos dos Conceitos Feministas e o Desafio das Epistemologias e Africanas e Laços Familiares/Ligações Conceituais: Notas Africanas sobre Epistemologias Feministas, ambos pertencentes a Oyèrónké Oyěwùmí na perspectiva africana, e por Nah Dove, Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica, na perspectiva afrocentrada. A pesquisa tem o caráter descritiva e analítica, de cunho bibliográfico, cujo objeto são os próprios artigos mencionados. Com foco nos respectivos artigos, faz-se uma análise comparativa das duas perspectivas, africana e afrocentrada com relação ao matriarcado, voltada para sociedade africana.

**Palavras Chaves:** Matriarcado Africano. Feminismos Africanos. Feminismo Afrocentrada.

## **ABSTRACT**

The article whose African matriarchy theme an analysis in the writings of feminisms, aims to understand the African matriarchy and its relations with feminist theories, in the case in the article Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of Epistemologies and African and Family Ties / Conceptual Links: African Notes on Feminist Epistemologies, both belonging to Oyèrónké Oyěwùmí from an African perspective, and by Nah Dove, African Womanism: An Afrocentric Theory, from afrocentred perspective. The research has a descriptive and analytical character, bibliographic nature, whose object is the articles mentioned above Focusing on the respective articles, a comparative analysis of the two perspectives is made, African and afrocentred focused towards matriarchy, focused on African society.

**Key words:** African Matriarchy. African feminisms. Afrocentered Feminism

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças nestes últimos séculos nos parecem velozes, os desafios nos tornam inúmeros e de caráter urgente, o que dá privilégios e responsabilidades aos cientistas sociais das ciências humanas ofícios e mais ofícios, neste século. E o que dizer aos que assentam nas epistemologias africanas, foi nos dado a missão de que os africanos deveriam apropriar-se ativa, lucida e responsável do conhecimento sobre as mesmas que foi capitalizado a séculos atrás.

O artigo objetiva-se em compreender o matriarcado africano e suas as relações com as teorias feministas, no caso em Conceituando Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos dos Conceitos Feministas e o Desafio das Epistemologias Africanas e Laços Familiares/Ligações Conceituais: Notas Africanas sobre Epistemologias Feministas, ambos pertencentes a Oyèrónké Oyěwùmí na perspectiva africana, e por Nah Dove Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica, na perspectiva afrocentrada. Com foco nos seus respectivos artigos, faz-se uma análise comparativa das duas perspectivas, africana e afrocentrada, voltada para sociedade africana.

Tive privilégio de nascer numa etnia de regime matriarcado, nomeadamente os bijagós, diz Benzinho, Rosa (2015, p. 16) citado por Almeida (2018, p. 03) “como o próprio nome indica vivem nos Arquipélagos dos Bijagós e representa 2,15% da população total, composto por cerca 90 ilhas e ilhéus, incluindo Bolama-Bijagós uma das regiões da Guiné-Bissau, considerada a primeira capital do país na época colonial”. Junto a este privilegio veio a responsabilidade de responder muitas indagações sobre esta sociedade, confesso que careço de muitas respostas, porém, carrego o dever de saber. O artigo justifica-se em achar essas respostas por meio de pesquisas bibliográfica, como o trabalho de Diop, mas também por outras produções semelhantes a estes e na busca do saber através das minhas matriarcas. No requisito mundo acadêmico, fale-se muito sobre o patriarcado com repúdia às suas características negativas e se desconhece das positivities, e falando do nosso foco, se tem pouco entendimento sobre o matriarcado, então com essa pesquisa se espera conduzir e incentivar os futuros trabalhos acadêmicos buscar mais conhecimentos a respeito do matriarcado africana. Procura-se por meio deste trabalho também, contribuir com conhecimento do papel do matriarcado, do que foi a sua importância na construção da sociedade africana e nas possíveis readequações da sua

utilidade na contemporaneidade nas sociedades, com os valores, costumes e vivências e convivências dignas do bem humano.

Se por uma lado Oyèwùmí (2000/2004) objetiva-se em “interrogar gênero e os conceitos que estão aliados com base em experiências e epistemologias culturais africanas, com foco no sistema familiar nuclear”, Dove (1998) concentra em “conceituar e definir a racialização do mundo através da dominação europeia/supremacia branca, usando perspectiva teórica de Hundson-Weems (1993) para enfatizar ainda mais o conceito de cultura como uma ferramenta na sua análise a fim de compreender a natureza das experiências da mulheres africanas. Percebe-se que ambas, têm a sociedade africana como objeto de estudo embora com diversos focos, uma contribuição para quebrar a hierarquizar do conhecimento eurocêntrico como universal e verdadeira para interpretar qualquer realidade duma sociedade.

A pesquisa tem o caráter descritiva e analítica, de cunho bibliográfico, cujo objeto são os artigos mencionados acima, tendo a centralidade nas sociedades africanas. Com uma breve introdução a respeito do trabalho, em seguida compreensão do matriarcado africano, com cunho no trabalho de Cheikh Anta-Diop e dentre outras pesquisas a respeito, que nos conduzirá como base da análise e compreensão, depois uma descrição do feminismo em África embasada nas teorias africanas numa forma breve com relação aos dois primeiros artigos da Oyèrónké Oyèwùmí. O último da Nah Dove artigo serviu de ponto para a relação com a descrição da concepção afrocentrada do feminismo, procurando completude e alinhamentos nos pensamentos, se tem as considerações finais.

## **2 O MATRIARCADO EM ÁFRICA**

“Mama África”, o continente africano personificado na figura de uma mãe: o matriarcado como substrato social dos povos que habitam o continente africano. “Este discurso nos é familiar quando se fala de África produtor de desenvolvimento histórico comum, algo rompido pela colonização, pela escravidão e a diáspora” (SCHOLL, 2019, p.155). Dentre outros se tem, apagamento do saber sobre as mulheres de África inscritas como grandes mães, matriarcas, matronas ou rainhas negras, fatos vividos na história.

Como confirma Cheikh Anta Diop (2012), “o matriarcado seria um elemento característico e gestado na sociedade egípcia, está na sua base da organização social, como está no resto da África Negra de forma de um “regime”. O autor sendo um defensor da unidade cultural da África Negra, sustenta que “está teria como base um sistema

matriarcal ou matriarcado, compartilhado por todas as sociedades africanas e constituiria um ponto em comum na cultura e um aspecto de reconhecimento de uma unidade orgânica provinda da família, a unidade mais básica da sociedade” (SCHOLL-2019, p.170).

Ainda segundo Scholl (2019), também o termo matriarcado entra neste conjunto de discursos inscritos a história e que possuem uma arqueologia discursiva, proposta de análise inspirada nas experiências de pesquisa de Michel Foucault com os discursos, o que busca perceber que a definição do conceito de matriarcado não é unívoca ao longo da história.

“O regime matriarcal é geral em África quer na Antiguidade, quer nos nossos dias, este traço cultural não resulta de uma ignorância do papel do pai na concepção da criança” (DIOP, 2014, p. 66).

Para pensar a historiografia, é interessante ter em vista o que o guineense Carlos Lopes (1995) apresenta sobre a produção do conhecimento sobre história da África. “A “Inferioridade Africana”, segunda a “Superioridade Africana” e a terceira ele denomina de “historiografia africana contemporânea” ou “emoções controladas, são as visões distintas sobre a África em diferentes períodos e distintos locais de fala” (SCHOLL-2019, p.156).

Scholl (2019) descreve os de seguinte forma,

“inferioridade Africana”, se constitui atrelada ao contexto do colonialismo, construída pelos europeus, buscam explicar, por meio de uma retórica de cunho científico, o que conseguem apreender dos diferentes grupos africanos, interessando-se pelo exótico e passível de exploração; “Superioridade Africana” ou “Afrocentrismo” nasce vinculada ao contexto de descolonizações e independências dos países africanos e possui um discurso que se coloca em contraposição diametral à corrente da inferioridade africana, a busca argumentar uma superioridade africana, positivando a identidades autóctones de África” (SCHOLL, 2019, p.156).

Denominada por Lopes de “Historiografia Africana Contemporânea a última visão, pela expressão “Emoções controladas”, apresenta o estudo da complexidade das historicidades africanas buscando desvincular-se do que autor chama de “historiografias ideologizadas” representadas pelas duas outras correntes” (SCHOLL,2019, p.57).

Estas produções servem de ajuda para entender de que forma o termo matriarcado foi pensado em diferentes espaços, tempo na história, sem contar que demarcam como se registra as mulheres na África, tendo na nossa posse o poder de problematizar os discursos atrelados a questões de gênero, nas sociedades africanas.

Vejam os aspetos fundacionais do termo matriarcado emergido no século XIX de caráter a “inferioridade africana”, tem-se como primeiro autor a lançar o conceito, suíço Johann Jakob Bachofen (1815-1887) na Universidade de Basileia como professor de direito romano, na sua obra “O Matriarcado: uma investigação sobre a ginococracia no mundo antigo segundo sua natureza religiosa e jurídica” Scholl (2019). Mas também Friedrich Engels usou “o conceito para pensar a origem da família no contexto da propriedade privada e do estado, num diálogo com a obra indispensável no contexto que foi “A sociedade primitiva” de Lewis H. Morgan” (SCHOLL, 2019, p.157).

As teses dos três autores numa forma sintética, segundo Cheikh Anta Diop (2014) extraído na Coleção Rer Africa- Angola. Na concepção do Bachofen, “a humanidade conheceu uma época de barbárie e de promiscuidade afrodita ao ponto da filiação só pode ser pensada a partir da linhagem uterina, inserto a qualquer filiação paterna, que seria a primeira etapa”. Mas também evoluiu para segunda etapa, “para a época dita ginococrática com característica do casamento dando hegemonia à mulher com uma contínua filiação uterina, época chamada pelo autor de matriarcado”. “Época caracterizada pelas profundas cavernosas da terra, à noite, à lua, à matéria, à esquerda que pertence a feminilidade passiva, por oposição a direita, relacionada com a atividade masculina” (DIOP, 2014, p. 13, 14).

A última etapa seria a de nova forma do casamento com hegemonia do homem, através do império masculino, etapa superior às outras passadas, que simboliza luz, à razão, delicadeza, a mais espiritualidade.

Ao longo do trabalho, argumenta-se a partir da observação de obras clássicas, que “haveria uma transição do matriarcado para o patriarcado, construindo um discurso de oposição entre um sistema matriarcal (demétrico) e um sistema patriarcal (apolíneo)” (SCHOLL, 2019, p.158).

Na tese de Morgan, conclui concordando com a teoria de Bachofen, determinando que matriarcado se caracteriza pela filiação uterina. Engels, sendo um marxista as conclusões chegadas pelos autores acima citados são de maior importância, convicto em demonstrar a historicidade e o caráter provisório de todas as formas de organização política e social (DIOP, 2012).

Segundo (Scholl-2019,p.161), “essas tramas discursivas são basilares para a compreensão da produção de um discurso colonial a respeito do matriarcado em África, e é dentro da antropologia a serviço do sistema colonial nas primeiras décadas do século XX que há uma projeção do conceito de matriarcado sobre sociedades subsaarianas do

continente africano”, ou seja, há o fortalecimento de um discurso sobre o matriarcado enquanto um “check list” de elementos que retratam os espaços que mulheres ocupariam nas sociedades da dita “África Negra”.

Os três, concordam em afirmar que o matriarcado constitui uma época universal que depois a sociedade se evoluiu para época do patriarcado e negando regime de matriarcado como um sistema, algo contestado pelo Diop (2012), a quando afirma que “o sistema matriarcal é a base da organização social no Egito e em toda a África Preta”. Por outro lado, “nunca houve qualquer prova da existência de um matriarcado paleo-Mediterrâneo, supostamente exclusivamente Branco” (DIOP, 1974, p.293).

Então nos resta a questionar qual seria a origem do matriarcado negro? Diop (2012) nos garante que “não se sabe ao certo no tempo presente; no entanto, a opinião atual sustenta que o sistema matriarcal está relacionado com agricultura, a mulher é a dona [mistress] da casa no sentido econômico da palavra” (DIOP, 1974 p.297).

Porém, o matriarcado negro está tão vivo hoje como esteve durante a Antiguidade e algumas regiões onde o sistema matriarcal não foi alterado por influências externas (Islam. etc.), é a mulher que transmite direitos políticos. “Isso deriva da ideia geral de que hereditariedade é efetiva somente matrilinearmente” (DIOP. 1974, p.297). Exemplo disso é o caso dos Bijagós, sociedades dos arquipélagos dos Bijagós sul do país Guiné-Bissau, duas produções a nos relatar sobre, um desenvolvido pelo português Armando de Landerset Simões 1935 publica a “Babel Negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné”.

“O conceito da “babel” foi utilizado para expressar a miríade de povos e línguas que se encontram no país, ainda se infere à ligações dos bijagós com Atlântida, Etiópia, contatos com fenícios, egípcios e hindus, diz Scholl (2019, p.162), caracterizando assim a vida familiar dos bijagós com o matriarcado, ressaltando que havia restrição na análise, a uma das ilhas, Orango Grande”. Algo que convergência também com a segunda obra do antropólogo austríaco Hugo Bernatzik (1959, tradução espanhola) “Em el reyno de los Bidyogos”, afirmando que “o matriarcado vigoraria na ilha de Orango Grande, na aldeia central Etikoka, com argumento de que esta questão a partir de elementos culturais, entendido na observação do comportamento das mulheres, onde estas não se adequam a expressão do sexo débil” (SCHOLL, 2019, p.163).

Algumas características deste sistema identificada pelo Bernatzik, a escolha do parceiro da parte da mulher ocorrendo depois da cerimônia da iniciação (o fanado), a questão de as mulheres casadas “não estarem sujeitas ao mínimo de fidelidade conjugal”,

com direito a separação do marido, iniciativa que pode partir da mulher, Scholl (2019), no caso especificamente a ilha de Orango Grande como uma sociedade matriarcado, onde as mulheres dominam os homens. Uma outra descrição importante dos nativos, foi referente a Rainha Pampa de Orango Grande, pois algumas situações há ascendência das mulheres a realeza a exemplo dela, conhecida por uma longa chefatura, na manutenção da paz da ilha, mas também pela resistência armada contra os portugueses,

“o matriarcado pela descrição das ‘liberdades das mulheres’ nas relações conjugais – a escolha do marido, a possibilidade do divórcio e as relações poliândricas, a afirmação duvidosa que mais tarde será desmentido, também tem a centralização da economia sob poder das mulheres, mostrando que a existência das rainhas era pontual” (SCHOOL, 2019, p.164).

Vale lembrar que essas produções forma a década de 30, algumas discussões emergiram nas décadas seguintes, como pesquisas do José Augusto de Santos Lima e José Mendes Moreira em 1946, e em 1960 Fernando Rogado Quintino retoma o debate, este último se enquadra nas perspectivas da “Superioridade Africana”.

Nas pesquisas de Mendes Moreira, se aceita o regime matriarcado, a existência das mulheres a exercerem as funções proeminentes, transmissão de linhagem, escolha do marido e obtenção do divórcio, livre exercício da sexualidade e a responsabilidade pela subsistência local. “Assim sendo as mulheres tinham uma liberdade e poder que supera a dos homens. Santos Lima diverge da teoria de Mendes Moreira, afirmando de que as mulheres não possuíam o poder político, nem a liberdade e a poliandra” (SCOOOL, 2019, p.166).

Quando Quintino retoma a discussão, rediscute as temáticas aprestadas por Moreira e Lima, e posiciona afirmado “a existência do regime matriarcado, com a presença do poder político de mulheres e da matrilinearidade, consequência de mais liberdade feminino nesta sociedade, regime este com gênese original do Egito Antigo que difunde para outros locais do continente africano”, registra (SCHOLL, 2019, p.166).

Confirma o que fala Diop (1974, p.301), “o sistema matriarcal adequado é caracterizado pela colaboração e floração harmoniosa de ambos os sexos, e por uma certa preeminência da mulher na sociedade, devido originalmente às condições econômicas, mas aceita e até mesmo defendida pelo homem”.

O termo em sim destaca aspecto da complementaridade na relação feminino-masculino em todas as áreas da vida dentro da organização social, não de maneira hierárquica. Mas se dá reverência ao papel da mulher como mãe, quem porta a vida, ou

a condutora para regeneração espiritual, a mulher é reverenciada em seu papel como a mãe, quem é a portadora da vida, a condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social.

No entanto, “embora o papel da mulher e dos cuidados maternos no processo de reprodução sejam fundamentais para a continuação de qualquer sociedade e cultura, em uma sociedade patriarcal, este papel não é atribuído com o valor que ele traz em uma sociedade matriarcal” (DOVE, 1998, p.8).

Além disso, mais de dez anos antes, a pesquisadora de Barbara Lesko (1977, p. 14), nos afirma que as mulheres “gozavam de mais direitos legais e privilégios do que as mulheres têm em muitas nações do mundo hoje”, como, o princípio da descendência matrilinear e direitos de herança matrimonial servindo de base para a cultura Egípcia na antiguidade. Para Dove (1998, p. 15) “estes valores matriarcas do povo africano retido impactou a Europa durante e após a destruição de Kemet”.

### 3 FEMINISMO EM ÁFRICA- A CONCEPÇÃO DA OYÈRÓNKÉ OYÈWÚMI

O que é o feminismo na África? O feminismo é a presença de uma mulher chefe de Estado no Mali ou na Libéria? É ele o primeiro rascunho dos direitos das mulheres na Constituição da Etiópia com a autoria de Meaza Ashenafi? Ou é a Primeira Ministra mulher do Senegal? Talvez o feminismo seja a eleição de Aminata Toure como primeira mulher a ter uma cadeira na União Africana. Em todo continente, mulheres estão traçando um caminho feminista na África e criando um verdadeiro movimento de “womanism[1]” em vários países (*Tradução do artigo “The Feminist Edition” -Geledés Instituto de Mulher Negra*).

Poderíamos acrescentar, ou, o feminismo é ascender politicamente na arena democrática, ou ser economicamente independente a ponto de não precisar do outro, ou é ser socialmente reconhecida pelos seus prestígios e status sociais invejáveis? Afinal o que é Feminismo em África? Ou melhor dizer, o que são Feminismos Africanos? Propostado de Ferreira & Macedo (2018), pois as feministas africanas reconhecem, celebram a diversidade entre as africanas, corroborando na construção de uma agenda comum que beneficia as diversidades das sociedades e mulheres africanas. Pode e deve-se dizer “feminismos africanos”, que convergem em “feminismo africanos” quando percebemos o que o diálogo se faz prioridade a essas mulheres.

Ebunoluwa (2009), fala que os feminismos têm sua origem na luta dos direitos das mulheres que se iniciou no final do século XVIII, cresceu na Europa e Estados Unidos, quando as mulheres tomaram consciências de sua opressão e adotaram medidas para combatê-la. A sua extensão pelo mundo com rótulos em alguns países, as suas ideias formam parte do pensamento cotidiano, com diversas e variadas definições, decisões por diferentes culturas, algo que impossibilita a sua definição universal do termo.

Assim sendo, segundo esta afirmação, nos parece que o feminismo emerge no continente europeu, e na África? Segundo MacFadden (2001) citado por Telo (2017) “um ponto de partida útil para qualquer discussão do feminismo em África é defini-lo como sendo fundamentalmente a luta das mulheres contra o controle patriarcal e a sua exclusão. E as mulheres africanas têm se engajado nesta luta quer como indivíduos quer em coletividades, há milênios” (TELO, 2017, p.2).

A mesma nos diz que este engajamento,

“prosegue é a mais antiga expressão da resistência contra a injustiça na narrativa humana, embora menos conhecida ou reconhecida”. Ou seja, “a luta contra a apropriação de sua integridade e personalidade certamente não se restringe às chamadas sociedades desenvolvidas, nem é peculiar às experiências de mulheres que estão fixas em uma determinada localização geográfica do planeta” (TELO, 2017, p.2).

Assim também, Ferreira & Macedo (2018) nos alerta que há necessidade de saber ponderar, o feminismo não pode ser um movimento unificado, uma vez que o mundo é plural e as mazelas da mulher europeia são diferentes das da mulher latino-americana, das da mulher oriental, que por sua vez são diferentes das da mulher africana, e assim vai. O que implica que as primeiras teóricas feministas, europeias, não poderiam contemplar mulheres tão diferentes, muito sobre as quais elas ignoravam e muitas das quais (africanas inclusive) elas ajudaram, de alguma forma, a oprimir.

Na percepção da Yusuf (2003), os Feminismos Africanos exigem uma descrição teórica incorporada nas diferenças de gênero que são fundamentadas nas complexas realidades das experiências cotidianas das mulheres Africanas. Assim, deve-se especificar e analisar como essas vidas cruzam numa pluralidade de formações do poder, encontros históricos e bloqueios que moldam as experiências destas mulheres no tempo e espaço. A autora continua afirmando que também, há de reconhecer a concreta especificidade das experiências de gênero individual e a sua conexão, algo que é diferente das outras experiências. Chega à conclusão que “há uma necessidade duma estrutura que

possibilita à examinação de o que significa ser o que somos, e que ao mesmo tempo nos encoraja a perceber o que queremos nos tornar”, proposta da (YUSSUF, 2003, p.1).

A Filomina Steady (1981) na sua concepção, citado por Telo (2017, p.2) define “o feminismo africano como um movimento que enfatiza a autonomia feminina e a cooperação; a natureza em detrimento da cultura; a centralidade das crianças, a maternidade múltipla e consanguinidade”. A autora se centra na preocupação de delinear as inquietações das situações peculiares africanas em detrimento ao “feminismo global”, mas também questiona as características tradições culturais africanas com respeito, dentro do entendimento de que estes podem ser vistas a partir de perspectivas diferentes, por mulheres de classes diferentes. Fato que aconteceu depois da primeira conferência das mulheres moçambicanas realizadas em março de 1973, momento antes da sua independência, (ARNFRED, 2012) nos conta que,

“Samora Machel realiza discurso histórico: “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia de sua continuidade, condição do seu triunfo. A Organização da Mulher Moçambicana (OMM), entretanto, jamais se alinhou com uma perspectiva feminista; inversamente, o feminismo foi visto como uma ideologia burguesa, alienígena e abrigo para mulheres “liberadas” que usavam minissaia e praticavam o amor livre (ARNFRED, 2011, p.970).

Na visão da Amina Mama, o feminismo africano como movimento Salo (2001, p. 58),

“emana de uma análise muito convincente de condições políticas, econômicas e sociais que forma a vida das mulheres africanas. Estes movimentos são autônomos e surgem para corrigir as injustiças de gênero visando a transformação e ou mudança das relações de gênero opressivas” (SALO 2001apud TELO, 2017, p. 2).

Nesse caso, a atuação é “em prol de políticas de gênero com foco nas mulheres com a visão de transformar as sociedades africanas nas dimensões, econômica política, subjetividade, das vidas e relacionamentos pessoais”. Ainda salienta que, “para libertar as mulheres se exige abordar a injustiça de gênero no seu todo percurso, do aspecto micro a macro da política, sem se afastar de qualquer nível da luta”.

O feminismo eurocetrado se falhou em não considerar as peculiaridades das mulheres negras, africanas e homens negros, africanos, a socióloga Patrícia Collins (1990, p.7) uma vez afirmou que, “apesar de que as intelectuais negras tenham expressado, desde muito tempo, uma consciência feminista única sobre a intersecção de raça e classe na

estruturação de gênero, historicamente não temos sido participantes plenas das organizações feministas brancas”. Como consequência “se vê uma difícil vinculação étnica e racial das mulheres africanas e negras aderindo ao feminismo (universal) governado pelas mulheres brancas da elite”.

Oyěwùmí (2004), chama a nossa atenção para atentarmos, que a era moderna tem como a sua característica marcante, a expansão da Europa e conseqüentemente o estabelecimento da hegemonia euro-americano por todo mundo. Pode-se verificar essa afirmação de forma mais profunda possível na produção do conhecimento sobre a história, culturas, comportamentos humanos e sociedades, caso que deve ser levado em consideração quando se busca compreender as realidades africanas e de fato a condição humana.

Deve-se concordar com autora, a quando pensarmos o feminismo africano ou feminismos africanos a pesquisa tem que se objetivar em informar as preocupações e interpretações locais, levando em consideração as experiências africanas, a construção teórica geral do conhecimento.

Quando se pensa o feminismo africano dentro do molde da categoria gênero sem levar em consideração a categoria raça cujo os africanos vivem sobre essa opressão, chega a uma conclusão enfatizando o padrão do conhecimento europeu e ocidental. E de novo reforça a supremacia branca na dominação do mundo ou das outras culturas não ocidentais, se não te convidado a ver a descrição do gênero na política do conhecimento feminista segundo padrão ocidental apresentada pela Oyěwùmí.

O uso do gênero como modelo explicativo para a compreensão da subordinação e opressão das mulheres pelo mundo todo, é padrão de trabalho das pesquisadoras feministas ocidentais, ou seja, assumem a categoria “mulher” como universal, negando assim que o próprio ‘gênero’ é uma construção sociocultural, o que não pode considerar essa categoria válida para todas as sociedades. Então Oyěwùmí (2004, p.2) questiona, “(por que gênero?) e a primazia que a categoria toma nos estudos feminismos”. O que das outras formas de opressão e desigualdades sociais que estão presentes, (porque não categoria raça?) como Dove trabalha no mulherismo africana, que será abordada mais na frente. Ainda pensando o contexto africano, as pluralidades étnicas que é presente, pode questionar (porque não a etnia ou questões étnicas?).

Analisar os conceitos vigentes e abordagens teóricas são de extrema importância nesse contexto. Vale ressaltar que não se ignora o papel das feministas ocidentais, mas se questiona a identidade social, interesses e preocupações em fornecer tais conhecimentos

que “representam cada sociedade no mundo”, algo do nosso saber que não tem veracidade.

Oyěwùmí (2004), tecendo crítica à categoria do gênero como conceito universal, estudiosas afro-americanas insistem dizer que nos Estados-Unidos (as mulheres anglófonas, americanas e brancas) de forma alguma essa categoria pode ou deve ser considerada fora da categoria raça e da classe. Oyěwùmí (2004), traz em discussão a base ou como chamou enraizamento da argumentação do conceito das feministas ocidentais, a família nuclear, que serve de veículo para articulação dos seus valores, cujo o objetivo é a subversão desta instituição dominada pelos homens e a crença entre os detratores do feminismo o que denominam de ‘antifamília’. “Grande parte das teorias feministas fundamentam-se na família nuclear ocidental, construindo assim junto com gênero, mulher e sororidade pilares do feminismo” (OYĚWÙMÍ, 2004, p.3).

Uma pequena descrição do que seria a família nuclear para melhor compressão. Ao falar dessa família genérica por excelência, unifamiliar, centrada numa mulher subordinada associada a deveres doméstico, cuidado e um homem patriarcal que é chefe e provedor do pão tendo filhos e filhas, a sua estruturação está centrada numa unidade conjugal, a categoria gênero é considerada natural e inevitável, ou seja, não existe categorias transversais nela.

Oliveira (2019, p.41) nos traz outro relato “das mulheres na sociedade africana, as mulheres que compunham a família do soberano, mães, filhas, irmãs e esposas, possuíam um elevado status social, político e religioso nas sociedades egípcia e kushita”. Papeis assumidos sem que primordialmente estejam numa ligação com a questão do gênero nestas sociedades, ou no que se estabelece como uma divisão entre o feminino e o masculino a saber no pensamento da sociedade ocidental.

Como diz Chodorow (1978, p. 12) que,

a divisão do trabalho familiar em que as mulheres exercem a maternagem dá sentido social e histórico específico para o gênero em si. O engendramento de homens e mulheres com personalidades, necessidades, defesas e capacidades particulares cria condições e contribui para a reprodução dessa mesma divisão do trabalho. Assim, o fato de as mulheres serem mães inadvertidamente e inevitavelmente se reproduz (CHODOROW, 1978 apud OYĚWÙMÍ, 2002, p.4)

“Por causa da matrifocalidade de muitos sistemas familiares africanos, a mãe é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizada” (OYĚWÙMÍ,

2004, p.07). Ou como no “sistema familiar akan, pertencente a Gana, onde as famílias também são tradicionalmente matrilineares e matrilocais” (OYÈWÚMÍ -2000, p.5).

Segundo Oliveira (2019, p.34) “na sociedade kushita e egípcia, as mulheres apareciam representadas junto aos soberanos e como as deusas poderiam ser mostradas com um aspecto maternal, mas também extremamente protetora”. O que implica que “o soberano egípcio só poderia governar juntamente com sua contrapartida feminina, que era responsável pela fecundidade do Egito”. Assim sendo, “as mulheres assumiam um relevante papel social e político dentro da administração da sociedade kushita através do laço da maternidade, garantindo ao futuro governante sua posição a partir da descendência matrilinear” (OLIVEIRA, 2019, p.36).

No reino Kush, por exemplo, “existia uma complementaridade e não uma oposição entre os elementos dos gêneros masculino e feminino, o soberano sendo acompanhado de sua esposa ou mãe mostra uma justaposição, onde o masculino e o feminino formam uma unidade que garante uma contínua renovação”, algo verificado também no contexto egípcio também uma vez que se tinha a questão da “complementariedade entre o masculino e o feminino nos pares de elementos que eram determinados por estes gêneros, como o dia e a noite, a terra e o céu, o tempo cíclico e a eternidade” (OLIVEIRA, 2019, p.35).

A exemplo destas sociedades africanas, percebe-se que é existente a redução da mulher como unicamente esposa/nuclear e o seu lugar transcende ao espaço domiciliar, sem contar que a categoria gênero se tem como complementar não algo da oposição, ou mulher como esfera privada vivendo uma subordinação e em que o homem/marido propriedade pública.

Oyèwúmi (2004, p.5) aponta que,

“na sociedade ocidental partir do espaço confinado da família nuclear, não é de se estranhar que as questões de sexualidade automaticamente vêm à tona em qualquer discussão de gênero, mães são, antes de tudo, esposas, diferente da perspectiva africana onde a maioria das culturas, a maternidade é definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com um homem”.

Na descrição feita da família Iorubá não-generificada do sudoeste da Nigéria, contém modelo diferenciado da organização familiar, tendo como fundamento a antiguidade onde a classificação das pessoas se baseia na idade cronológica (OYÈWÚMI, 2004).

Vale ressaltar que diferente do gênero estático e rígido, princípio da antiguidade é dinâmico e fluido. E nessa “a constituição familiar se parte não pelas bases conjugais que deriva do casamento do núcleo conjugal, mas sim pela linhagem, a partir dela que se auto afirma família com base na consanguinidade em torno de um núcleo de irmãos e irmãs por relações de sangue” (OYÈWÚMI, 2004, p.6).

Um sistema familiar que tem o parentesco forjado sustentada pelas relações de nascimento, de matrimônio, assim sendo o “laço mais importante está dentro do fluxo da família da mãe, o que vale para quaisquer normas de residência no casamento, ligando a mãe aos/as filho/as e conectam todos os filhos da mesma mãe, em vínculos que são concebidos como naturais e inquebráveis” (OYÈWÚMI, 2004, p.5).

Categoria mulher e gênero têm que ser repensados para falar do feminismo ou feminismos no continente africano, têm que ser colocadas numa análise mais profunda privilegiando as categorias e interpretações, as experiências africanas, começando da antiguidade a contemporaneidade, na teórica geral e produções de conhecimentos.

#### 4 CONCEPÇÃO AFROCENTRADA- MULHERISMA AFRICANA UMA TEORIA AFROCÊNTRICA- NAH DOVE

Ao observar a concepção das feministas ocidentais percebe-se que concentraram-se nas necessidades das mulheres brancas de classe média da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, fazendo-se passar por um movimento de emancipação da mulher, globalmente (EBUNOLUWA, 2009). E pode-se concordar com Bell Hooks, “o racismo está presente nas escritas das feministas brancas e como resultado, a vinculação feminina é difícil diante de diferenças étnicas e raciais” (EBUNOLUWA, 2009, p.3).

Pontua-se que,

“há deficiências na prática deste feminismo, mas também há necessidade em desenvolver uma teoria ou ideologia que contemple e atente a especificidade das mulheres negras, o que mais tarde se deu na elaboração de outra vertente do feminismo chamado Mulherismo” (EBUNOLUWA, 2009, p.3).

Vertente este aclamado no volume de ensaios “*In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose*”, produzido por Alice Walker (1983).

Mulherismo incorporando significados como Collins (2017) “uma ‘mulherista’ era ‘uma feminista negra’ ou ‘feminista da cor’”. A autora continua afirmando que, essa mulher sua “filiação com o nacionalismo negro se relaciona com uma filosofia histórica

e um conjunto de instituições sociais organizados em torno da centralidade da solidariedade racial para a sobrevivência negra, o que acaba insulá-lo na globalização das outras mulheres” (COLLINS, 2017, p 4). Em outras palavras as condições encontradas que afetam nas suas experiências, nos aspetos políticos, econômicos, sociais, culturais e geográficos destes negras e negros não se equivalem, as prioridades são as mesmas na luta diária e cotidiana.

Mas três questões são levantadas pela Ebunoluwa (2009), primeiro se diz respeito à elasticidade do termo negro, no sentido de que “alguns críticos têm aplicado o termo para se referirem a todas as pessoas que não possuem ascendência branca. Assim, o uso do mulherismo como uma ideologia que representa todas as experiências das mulheres negras (e as não brancas) é injustificado, já que está sendo utilizado pelos críticos de hoje, que se baseiam principalmente nas experiências das mulheres afro-americanas, incluindo as mulheres da/na África e as mulheres de cor.

A segunda,

“levando em conta a história da discriminação e a opressão nos Estados Unidos, o discurso racial mulherista das estadunidenses se converteram em um tema mais importante na articulação da ideologia e da teoria (se poderia ser esperado o mesmo na África do Sul, devido à sua história política similar), em contraste com minha opinião de que as mulheres na África priorizavam as questões econômicas juntamente com as questões sexistas para construir uma teoria autóctone desde a pobreza e as duras condições econômicas que afetam, de maneira significativa, suas experiências” (EBUNOLUWA, 2009, p.4).

E a terceira questão, segundo Ebunoluwa (2009, p.5),

“alguns aspectos do feminismo negro via mulherismo incorporam o lesbianismo, o que sugere que o lesbianismo é uma opção aceitável e viável para as mulheres para quem ponham fim a sua opressão, enquanto que na África, o lesbianismo não ganhou muito espaço devido a, sobretudo, a estrutura heterossexual do matrimônio e a família sejam fundamentais para a experiência feminina africana”.

Questiona-se será que pode se considerar o matrimônio e a vida familiar tendo uma importância fundamental, considerando o fenômeno do lesbianismo. Como afirma Fonseca (2019, p. 6),

“o matriarcado está diretamente ligado à filiação matrilinear, se apresentando como um sistema de colaboração e desenvolvimento harmonioso entre os sexos, com certa preponderância da mulher, o caso das mulheres africanas, sempre desempenharam papéis fundamentais na organização suas sociedades”.

Há necessidade de ter outro nome para assim colmatar a ausências das preocupações das mulheres negras ou mulheres africanas, o que é inexistente nesta estrutura hegemônica.

Se sugere Mulherismo Africana, Weems (1994, p.24) como,

“uma ideologia criada e projetada para todas as mulheres de descendência africana. Está baseada na cultura africana e, portanto, necessariamente foca nas experiências únicas, as lutas, as necessidades e os desejos das mulheres africanas. Refere-se de maneira crítica à dinâmica do conflito entre o feminismo hegemônico, o movimento feminista negro, o movimento feminista africano e o mulherismo africana” (apud EBUNOLUWA-2009, p.3)

Se diferencia pelo seu objetivo em focar nas experiências do feminino negro, nas questões do racismo, sexismo, classismo. Ebuloluwa (2009, p.4), também, “evidencia que as necessidades das mulheres negras diferem das mulheres brancas e ao reconhecer e aceitar a participação masculina na luta pela emancipação, de novo difere do feminismo em sua metodologia de acabar com a opressão feminina”. Com uma raiz na cultura negra, no seu discurso contempla, a centralidade familiar, a maternidade e a comunidade, categorizada como ideologias vai além das perspectivas afro-americanas, abrangendo as mulheres negras.

O gênero veio a ser uma das categorias de análise com muita importância para empreitada acadêmica quanto à interpretação do mundo e a tarefa política de prescrever as soluções. Isso aconteceu porque as estudiosas feministas da Europa e as norte-americanas viraram o foco no gênero e a fonte de muito conhecimento das mulheres e hierarquias do gênero, uma vez que destilação da arquitetura e mobiliária de pesquisa de gênero tem se propagado pelo ocidente, contribuindo assim nas questões dos conceitos vigentes e abordagens teóricas (DOVE,1998).

Por que só gênero? Dove (1998), traz o conceito de Mulherismo Africano trabalho moldado pelas autoras com Ifi Amadiume, Cleonora Hundson-Weems, Mary Kolawole e entre outras, conceito esse que traz à tona o papel das Mães Africanas como líderes numa luta de recuperação, reconstrução e criação duma integridade cultural que defende os mais antigos princípios da teoria afrocêntrica de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, ordem e mais.

No conceito acima citado, desdobra ou debruça-se no conhecimento da história Africana, da resistência contra opressão europeia inclusive as lutas que foram travadas pelas mulheres africanas. Dentro da perspectiva Afrocêntrica também, tem-se o

reconhecimento de que há diversidade étnica no continente, porém essa diversidade não se opõe a uniformidade existente.

Na África, onde a humanidade se iniciou produziu sociedades matriarcais, onde a mulher é reverenciada em seu papel tanto como mãe, portadora da vida, da cultura, o centro da organização, mas também condutora para regeneração espiritual dos antepassados (DOVE, 1998). Nessa afirmação já se encontra a diferença de uma mãe ocidental que é produtora, dona de casa e esposa em relação a uma que é africana. Ou seja, o papel da maternidade e cuidados maternos não se compactuam com as mães ou mulheres da sociedade ocidental nas condições contemporâneas. A Tedla (1995, p.61 apud DOVE, 1998. p. 8) vai a afirmar que “o conceito de mãe transcende as relações de gênero e de sangue, um membro da família ou amiga que tenha sido gentil e carinhosa pode ser considerado uma mãe, o que é uma honra de ter sido conferido o título”.

Assim sendo, segundo autora, as diferenças que partem a partir dessas orientações socioculturais são significativas, pois se vê a degradação das mulheres numa cultura e o ato de respeito a mulheres noutra cultura, tem distinções devem ser levadas em consideração quando se analise a dificuldade do encaixa, das aceitações das ideologias feministas ocidentais dentro da africana.

Por exemplo, é o que a mesma faz no seu artigo, quando “ênfatisa a validade das experiências de mães, que olham para a sua reafirmação como a solução para as desafiantes estruturas sociais alienígenas e inadequados valores e comportamentos entre homens e mulheres africanos na concepção afrocêntrica” (DOVE, 1998, p.4).

Asante (2009, p.93 apud FERREIRA & MACEDO-2017, p. 4) conta que “a perspectiva afrocentrada, ela é entendida nos moldes de que a afrocentricidade seria um tipo, de pensamento, de prática e de perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos”. Pois, da perspectiva afrocêntrica, há menos evidências históricas para mostrar que a europeização dos povos Africanos leva à melhoria da qualidade de vida em escala global do que há para mostrar o contrário, e por infelicidade há alguns que continuam a ajudar no processo de aculturação como agentes de opressão, seja voluntariamente ou inconscientemente (DOVE, 1998).

Acredita-se que quando se pensa uma teoria no contexto africano, deveria ser futura, contínua e ativismo começa com o esforço para recuperar, historicamente e culturalmente, “a relação complementar da mulher e do homem como a base para ‘nossistória’ e a autodeterminação” (DOVE, 1998, p.20).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História e histórias são fundamentais para o conhecimento do matriarcado africano, seja na compreensão do que foi este regime ou forma de viver/relacionar na antiguidade, resgatar as bravuras das matriarcas africanas as funções e posições, como guia das orientações sociais, políticas e econômicas são cruciais na afirmação da nossa identidade africana. Este trabalho se começa no ensino no dia-a-dia, recontada de geração em geração algo que ainda se vê nas tradições culturais, mas também temos a obrigação da oficialização destas História e histórias incorporados nas práxis contemporâneas.

Um aspecto a destacar nessa posição, por exemplo é a maternidade no matriarcado africano, fenômeno que transcende a categoria da mãe atualmente, pois se tem como principal as responsabilidades comunitárias naturais, sem deixar a criação dos filhos de lado, mas estendendo para outras descrições. A partir desse aspecto se tem uma base para crítica a algumas teorias feministas que universaliza e torna uniforme as mulheres de diferentes sociedades, que não dão contas das distintas relações de poder, hierarquias, subordinações e complementaridades em outros contextos.

Vale ressaltar que quando partimos com intuito de compreender o matriarcado africano e as relações com as teorias feministas, não se nega as contribuições dos escritos e lutas “não” africanos. Discorrendo nos estudos dos feminismos africanos, analisando as duas abordagens, africana e afro-americana, embora num estudo raso, entendemos que os problemas em algumas circunstâncias são parecidos nos estudos feministas. Para debater, analisar e interpretar o Feminismo Africano ou Mulherismo africano deve levar em consideração o contexto local, a organização social, as relações sociais, com muita atenção nos contextos culturais e locais específicos.

Quando se trata das realidades africanas, o feminismo ocidental baseado na categoria gênero é inerente a natureza dos corpos numa operação de dualidade dicotômica, homem-mulher, torna difícil a interpretação no contexto africano pois encontra-se nessa última incomensuráveis categorias e instituições sociais operando. Se tem uma fluidez nas categorias sociais africanas com posicionamento muito da situação onde se encontra. Por exemplo não se usa a mesma linguagem do casamento classificada socialmente pelo princípio do gênero de igual modo nas teorias interpretativas do feminismo ocidental, para as sociedades africanas.

Há uma constante chamada para voltar ao passado, se lembrar das firmezas e determinações da Okinka M'pampa<sup>1</sup>, Nzinga Mbande Cakombe<sup>2</sup>, abraçar essa luta para o bem da comunidade. Ou arregaçar as mangas ousar em dizer, “a libertação das mulheres africanas é uma necessidade da revolução, garantia de sua continuidade, condição do seu triunfo”, mas também juntamente com os homens africanos, a compreensão dos valores, normas, das antigas sociedades egípcias, dos líbios, dos etíopes são extrema utilidade para este fim.

Faz sentido, pensar, analisar e salvar o discurso de gênero que não seja algo dogmático, estático, rígido, nos estudos sobre as mulheres africanas, mas sim um que concede uma esperança nela de e para resolver muitos problemas, obstáculos e pressões destas. Está-se falando de criar nova proposta do conhecimento que respondem e correspondem as realidades que não sejam sustentadas pela teórica ideológica hegemônica, que são colocadas nos lugares subalternos ou estereotipados, pela estruturação, sistematização num bio-poder da acadêmica científica. Os escritos de África para África exigem uma revolução epistêmica, uma produção endógena africana que paira nas heterogeneidades deste continente, na descrita positividade da maternidade e matrimônio nas sociedades.

---

<sup>1</sup> Okinka Pampa, “mulher combativa que enfrentou à sua maneira os desmandos do regime colonialista e se fez reerguer a sua comunidade perante a resistência cultural. Venerada e respeitada em todo o arquipélago bijagó”. Anisa Lima Almeida (2018, p. 4).

<sup>2</sup> Rainha Nzinga Mbande Cakombe (1581-1663) uma obstinada líder política e militar que, por quarenta anos, impediu que os portugueses penetrassem no continente africano. Conheça a história dessa mulher africana extraordinária. Geledés (2015).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. **Participação das Mulheres Guineenses no Processo de Resistências contra o Colonialismo Português: o caso da rainha Okinka Pampa.** Projeto de Pesquisa/UNILAB, Acarape, 2018

ARNFRED, S. **Descolonizando o feminismo em Moçambique** Sexuality and Gender Politics in Mozambique: Rethinking Gender in Africa Suffolk: Nordiska Afrikainstitutet; Uppsala: James Currey, 2011. 310 p.

BAKARE-YUSUF, B. **Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana.** Tradução para uso didático de, **Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence.** *Feminist Africa*, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment.** New York, Routledge, Chapman and Hall, 1990.

COLLINS, P. H. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso.** Tradução: Angela Figueiredo e Jesse Ferrell. *Cadernos pagu* (51), 2017:e175118; Outubro/2017.

DIOP, C. A. **A ORIGEM AFRICANA DA CIVILIZAÇÃO: Mito ou Realidade.** Fevereiro/1974. Traduzido para o Português a partir da tradução inglesa de Mercer Cook.

DIOP, C. A. **A UNIDADE CULTURAL DA ÁFRICA NEGRA. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica;** Ed. Mulemba. Luanda-Angola/2014.

DIOP, C. A. **Naciones negras y cultura.** Barcelona: Belaterra, 2012.

DOVE, N. **Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica;** Universidade Temple. Tradução: Wellington Agudá. *JORNAL DE ESTUDOS NEGROS*, Vol. 28, Nº 5, Maio de 1998 Sage Publications, Inc.

EBUNOLUWA, S. M. **Feminism: The Quest for an African Variant**. The Journal of Pan African Studies, vol.3, n.1, 2009, p. 227-234, por Luana Cristina Muñoz Roriz.

FERREIRA, T. F. & MACEDO, J. R. **Africanas: O Feminismo em Perspectiva Afrocentrada**. XIV Encontro Estadual de História- ANPUH- RS;2017.

FONSECA, M. B. de, Org. **Áfricas e suas relações de gênero** / Organização de Mariana Bracks Fonseca e Fernanda Chamarelli de Oliveira - Rio de Janeiro: Edições Áfricas/ Ancestre, 2019. 210 p. E-Book.

HUDSON-WEEMS, C. (1993). **Africana womanism: Reclaiming ourselves**. Troy, MI: Bedford.

LESKO, B. **The Remarkable women of ancient Egypt**. Berkeley: University of California Press/1977.

OLIVEIRA, F. C. de, Org. **Áfricas e suas relações de gênero** / Organização de Mariana Bracks Fonseca e Fernanda Chamarelli de Oliveira - Rio de Janeiro: Edições Áfricas/ Ancestre, 2019. 210 p. E-Book.

OYÈWÙMÍ, O. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

OYÈWÙMI, O. **Laços Familiares/Ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas**. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. Signs, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.

SCOOL, C. J. de, Org. **Áfricas e suas relações de gênero** / Organização de Mariana Bracks Fonseca e Fernanda Chamarelli de Oliveira - Rio de Janeiro: Edições Áfricas/ Ancestre, 2019. 210 p. E-Book.

TELO, F. C. A. **O Pensamento Feminista Africano e a Carta Dos Princípios Feministas Para As Feministas Africanas.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.